

Diário do Legislativo de 12/03/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PPS/PRTB/PSB E PV):

Líder: Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS) e Gustavo Valadares (PRTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PFL/PPB:

Líder: Alberto Bejani (PFL)

Vice-Líderes: Leonardo Quintão (PFL) e Márcio Passos (PFL)

3) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Jô Moraes (PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líder: Chico Rafael

5) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Jayro Lessa

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder: Fábio Avelar

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho (PPB)

Vice-Líderes: Bonifácio Mourão (PMDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PFL)

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Dalmo Bloco Vice-Presidente
Ribeiro Silva PFL/PPB

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado Bloco
Leonardo PFL/PPB
Quintão

Deputada Jô Bloco
Morales PT/PC do
B

Deputado Chico PMDB
Rafael

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Júnior

Deputado Dimas Fabiano Bloco PFL/PPB

Deputado Ermano Batista BPSB

Deputado João Bittar Bloco PFL/PPB

Deputado Roberto Bloco PT/PC do
Carvalho B

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Bloco Presidente
Bittar PFL/PPB

Deputado Bispo PMDB Vice-Presidente
Gilberto

Deputado Zé BPSB
Maia

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PC do

B

Deputado Olinto PTB
Godinho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Bloco PFL/PPB
Silva

Deputado José Henrique PMDB

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado André Quintão Bloco PT/PCdoB

Deputado Fábio Avelar PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Bloco Presidente
Navarro Vieira PFL/PPB

Deputado Durval Bloco Vice-Presidente
Ângelo PT/PC do B

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Paulo Piau Bloco
PFL/PPB

Deputado Bonifácio PMDB
Mourão

Deputado Leonardo PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Bloco PFL/PPB
Silva

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PC do
B

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Márcio Passos Bloco PFL/PPB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PL

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia PTB Presidente
Pacífico

Deputada BPSP Vice-Presidente
Vanessa Lucas

Deputado Bloco
Dimas Fabiano PFL/PPB

Deputado Bloco
Roberto PT/PC do
Carvalho B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Antônio Genaro Bloco PFL/PPB

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PC do
B

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco PT/PC Presidente
Ângelo do B

Deputado Roberto Bloco Vice-Presidente
Ramos PFL/PPB

Deputado Mauro BPSP
Lobo

Deputada Maria Bloco PT/PC
Tereza Lara do B

Deputado Sidinho PL
do Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do
Augusto B

Deputado Alberto Bejani Bloco PFL/PPB

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PC do
B

Deputado Jayro Lessa PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputada Ana BPSB Vice-Presidente
Maria

Deputado Dalmo Bloco
Ribeiro Silva PFL/PPB

Deputado Bloco
Weliton Prado PT/PC do
B

Deputado PTB
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Gustavo BPSB
Valadares

Deputado Alberto Bejani Bloco PFL/PPB

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PC do
Lara B

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Ermano Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado Irani Bloco
Barbosa PFL/PPB

Deputado Gil Bloco
Pereira PFL/PPB

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PC do
B

Deputado José PMDB
Henrique

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado José Milton PL

Deputado Mauro Lobo BPSB

Deputado Leonardo Bloco PFL/PPB
Quintão

Deputado Márcio Passos Bloco PFL/PPB

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PC do
B

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente
José Haueisen PT/PC do
B

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado Márcio Bloco
Passos PFL/PPB

Deputado José PL
Milton

Deputado Fábio PTB
Avelar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do
Augusto B

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Elmiro Bloco PFL/PPB
Nascimento

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputada Lúcia Pacífico PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Bloco Presidente
Viana PFL/PPB

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente
João PT/PC do B

Deputado Luiz BPSP
Humberto

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Júnior

Deputado Bispo PMDB
Gilberto

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau Bloco PFL/PPB

Deputada Maria José Bloco PT/PC do
Haueisen B

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Bonifácio PMDB
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSP Presidente
Olívia

Deputado Bloco Vice-Presidente
Leonardo PFL/PPB
Quintão

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PC do
Augusto B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Dimas Fabiano Bloco PFL/PPB

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Júnior

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PC do
B

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente
Ricardo Duarte PT/PC do
B

Deputado BPSP Vice-Presidente
Fahim Sawan

Deputado BPSP

Neider Moreira

Deputado Bloco
Doutor Viana PFL/PPB

Deputado João Bloco
Bittar PFL/PPB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões Bloco PT/PC do
B

Deputado Doutor Ronaldo BPSB

Deputado Carlos Pimenta BPSB

Deputado Alberto Bejani Bloco PFL/PPB

Deputado Leonardo Bloco PFL/PPB
Quintão

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Sargento
Rodrigues

Deputado Alberto Bloco Vice-Presidente
Bejani PFL/PPB

Deputado Olinto PTB
Godinho

Deputado Bloco
Rogério Correia PT/PC do
B

Deputado PL
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado Roberto Ramos Bloco PFL/PPB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PC do
B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputada Bloco Vice-Presidente
Marília Campos PT/PC do
B

Deputado Luiz BPSB
Humberto

Deputado Bloco
Pinduca Ferreira PFL/PPB

Deputado André Bloco
Quintão PT/PC do
B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa PL

Deputado Padre João Bloco PT/PC do
B

Deputado Paulo César BPSB

Deputado Dimas Fabiano Bloco PFL/PPB

Deputada Maria José Bloco PT/PC do
Haueisen B

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Bloco Presidente
Pereira PFL/PPB

Deputado PMDB Vice-Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Djalma BPSB
Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PC do
Augusto B

Deputado PL
Sidinho do
Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas Fabiano Bloco PFL/PPB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo César BPSB

Deputada Cecília Bloco PT/PC do
Ferramenta B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PMDB Presidente
Henrique

Deputado Elmiro Bloco Vice-Presidente
Nascimento PFL/PPB

Deputado Paulo BPSP
César

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PC do B

Deputado Leonídio PTB
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bispo Gilberto PMDB

Deputado Sebastião Bloco PFL/PPB
Navarro Vieira

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputada Marília Campos Bloco PT/PC
do B

Deputado Arlen Santiago PTB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 10/3/2003

Presidência do Deputado Sebastião Helvécio

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ana Maria - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Dimas Fabiano - Doutor Ronaldo - Jô Moraes - Laudelino Augusto - Marília Campos - Pinduca Ferreira - Roberto Ramos - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Vanessa Lucas.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Helvécio) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, EM 7/3/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Célio Moreira e Marília Campos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias. Prosseguindo, a Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado André Quintão para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Célio Moreira e para Vice-Presidente a Deputada Marília Campos, ambos com três votos. Na condição de Presidente "ad hoc", o Deputado Célio Moreira convida a tomar assento à mesa a Deputada Marília Campos e a empossa no cargo de Vice-Presidente. Esta, por sua vez, empossa o Presidente, Deputado Célio Moreira, o qual sugere aos membros da Comissão que as reuniões ordinárias sejam realizadas às terças-feiras, às 9h30min, no Plenarinho II, o que é prontamente aceito pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2003.

Célio Moreira, Presidente - Marília Campos - André Quintão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária, em 12/3/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 232/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a organização da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 12/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 83/2003, da Deputada Marília Campos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 12/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 13/3/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator. Tratar de assuntos atinentes à Comissão.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei Complementar nºs 73 e 74

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Dimas Fabiano, Durval Ângelo e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2003, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 11 de março de 2003.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cecília Ferramenta, Dimas Fabiano, Leonardo Moreira e Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2003, às 10 horas, no Plenarinho II, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 11 de março de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Chico Rafael, Dinis Pinheiro, Jô Moraes e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os requerimentos nºs 1 a 17/2003, 64 a 82/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 32/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de se discutirem e votarem proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de março de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Irani Barbosa, Olinto Godinho e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2003, às 14h45min, no Plenarinho I, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator para o 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de março de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2003, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se definirem o dia e o horário das reuniões ordinárias e de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 1/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 11/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 14 e 16/2003, do Deputado Weliton Prado; 20/2003, do Deputado Alberto Bejani; 28 e 39/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 43/2003, do Deputado Miguel Martini; 47/2003, do Deputado Pastor George; 51/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 54/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 69 e 73/2003, da Deputada Maria José Haueisen.

Sala das Comissões, 11 de março de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.347, 15.465, 15.477, 15.479, 15.484, 15.808 e 15.513

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Laudelino Augusto, Leonardo Moreira e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os referidos vetos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2003.

Elmiro Nascimento, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A MENSAGEM Nº 38/2003

Mesa da Assembléia

Relatório

O Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 38/2003, publicada no "Diário do Legislativo" de 21/2/2003, solicita a adoção de medidas legais que permitam a revisão dos valores constantes na Resolução nº 5.180, de 29/12/97, com a sistemática adotada pela Lei nº 13.200, de 3/2/99, com o objetivo de desvinculá-los da remuneração prevista para os Deputados Estaduais.

Nos termos do art. 79, incisos VII e VIII, do Regimento Interno, a matéria deve ser analisada pela Mesa da Assembléia, à qual compete apresentar proposição que objetive a fixação da remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador e de Secretário de Estado.

Fundamentação

A fixação da remuneração dos agentes públicos estaduais, observados os limites e as condições previstas nas normas constitucionais federais e estaduais, deve ser objeto de legislação específica, aprovada pelo parlamento, após amplo e transparente debate, como determinam os princípios democráticos vigentes no País.

Até a promulgação da Emenda à Constituição nº 19, em 4/7/98, a fixação da remuneração de agentes políticos na esfera do Poder Executivo inseria-se na competência privativa das Casas Legislativas, sendo a resolução o instrumento normativo adequado para tal procedimento. Com a alteração promovida nos arts. 39, § 4º, e 37, X, da Constituição Federal, a matéria passou a ser obrigatoriamente objeto de lei específica, observada a iniciativa privativa, em cada caso. O art. 28, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 19, de 1998, por sua vez, determina ser de iniciativa das Assembléias Legislativas Estaduais as leis que dispõem sobre a fixação da remuneração dos agentes políticos do Poder Executivo nos Estados, observadas as regras contidas nos arts. 37 e 39, já mencionadas.

Assim, no que diz respeito aos aspectos formais da matéria, nos é permitido concluir que esta deve ser disciplinada por lei específica, de iniciativa privativa da Mesa da Assembléia, aplicando-se, no caso, o art. 79, VII, "c", do Regimento Interno, ainda que no dispositivo se faça menção a projeto de resolução, e não a projeto de lei, como se deve fazer. No momento oportuno, deve-se promover a adequação dos termos utilizados no Regimento Interno, fato que não impede sua utilização no caso em exame.

No mérito, o Governador do Estado solicita a adoção das providências legislativas para que seja fixada, em valores nominais a remuneração de seu cargo, do cargo de Vice-Governador e do cargo de Secretário de Estado, desvinculando a sistemática de sua fixação e alteração daquela adotada para os parlamentares estaduais.

Para melhor compreensão da matéria, julgamos necessário e conveniente apresentar breve recapitulação da legislação que a regulamentou, a partir do novo ordenamento democrático introduzido pela Constituição de 1988, especialmente no que diz respeito a certas peculiaridades que tiveram vigência no período. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que até a vigência da referida Emenda à Constituição nº 19, a fixação da remuneração dos agentes políticos do Poder Executivo se dava por meio de resolução da Assembléia, a cada exercício, com vigência para o exercício seguinte. São exemplos desse procedimento, em Minas Gerais, as Resoluções nºs 5.091, de 1990, 5.109, de 1991, 5.127, de 1992, 5.137, de 1993, 5.154, de 1994, 5.166, de 1995, 5.172, de 1996 e 5.180, de 1997.

Até o final do exercício de 1994, os valores da remuneração dos agentes políticos obedeciam às seguintes condições:

- a) eram fixados nominalmente, sem vinculação com a remuneração de parlamentares estaduais;
- b) a remuneração dos Secretários de Estado, ainda que fixada em valores nominais, correspondia a 75% da remuneração do Governador do Estado, e nela estavam expressamente incluídas as vantagens de natureza individual;
- c) a remuneração do Vice-Governador correspondia a 75% da do Governador de Estado até o exercício de 1993, quando passou a corresponder a 85% dessa remuneração;
- d) os reajustes durante o exercício - necessários em período altamente inflacionário - estavam vinculados à revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

A partir do exercício de 1995, conforme dispõe a Resolução nº 5.154, de 1994, foram introduzidos outros mecanismos para a fixação da remuneração dos cargos de natureza política, no Poder Executivo. Essa sistemática, que persiste nas Resoluções nºs 5.166, de 1995, 5.172, de 1996 e 5.180, de 1997, consiste em aplicar à remuneração dos Deputados Estaduais fatores de ajustamento, de forma a se calcular a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador e de seu secretariado.

A principal consequência do novo modelo diz respeito ao estabelecimento de vínculo entre a remuneração dos agentes políticos do Executivo e os Deputados Estaduais. Também nesse momento aparece cláusula expressa em que se atrela o reajustamento de da remuneração de parlamentares estaduais àqueles concedidos no Congresso Nacional. Finalmente, deve-se ressaltar que há um aumento real na remuneração do Governador do Estado, pois, enquanto os valores devidos ao Secretário de Estado continuam equivalentes ao do Deputado Estadual (pois o fator de ajustamento é de 1.0), os valores devidos ao Chefe do Poder Executivo (o fator de ajustamento é de 2.0) passam a ser o dobro dos devidos aos Secretários.

A proposta encaminhada pelo Executivo, ora em exame, restaura alguns aspectos da sistemática vigente até 1995, ao sugerir valores específicos para cada um dos cargos e ao reduzir de 100% para 19% a diferença entre as remunerações dos cargos de Governador do Estado e Secretário de Estado. Há também a clara intenção de se promover a desvinculação entre os vencimentos do Chefe do Poder Executivo e os dos parlamentares estaduais. Assim, ficam vinculados apenas os vencimentos dos Deputados e os dos membros do Tribunal de Justiça (e no caso de reajuste, por extensão, toda a magistratura), por força de determinação expressa, constante no art. 330 da Lei Complementar nº 59, de 2001.

O necessário esforço de contenção dos gastos públicos, do qual a solicitação do Governador do Estado constitui um fato exemplar, merece acolhida nesta Casa Legislativa. Não há, segundo nosso entendimento, motivos de ordem constitucional e legal que possam ser avocados para obstar a regulamentação da matéria.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pelo acolhimento da solicitação do Governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem nº 38/2003, na forma do projeto de lei a seguir apresentado.

PROJETO DE LEI Nº .../2003

Dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O subsídio mensal do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado, composto de vencimento e representação, em partes iguais, é o constante no anexo desta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2003.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Lei nº/2003)

Cargo	Vencimento	Representação	Total
Governador do Estado	R\$5.250,00	R\$5.250,00	R\$10.500,00
Vice-Governador do Estado	R\$4.500,00	R\$4.500,00	R\$9.000,00
Secretário de Estado	R\$4.250,00	R\$4.250,00	R\$8.500,00
Secretário Adjunto de Estado	R\$3.750,00	R\$3.750,00	R\$7.500,00

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de março de 2003.

Mauri Torres, Presidente - Rômolo Aloise, relator - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 232/2003

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia, em epígrafe dispõe sobre a organização da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 1º/3/2003, o projeto vem a esta Mesa para, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, inciso VIII, alínea "a", do Regimento Interno receber parecer.

Fundamentação

A proposição apresentada determina que o sistema de carreira dos servidores integrantes do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia Legislativa seja editado com a observância das seguintes diretrizes: profissionalização, aperfeiçoamento, valorização e dignificação do servidor público; constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores; sistema do mérito objetivamente apurado para desenvolvimento na carreira e remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para seu desempenho. Vê-se que a disposição tem como fundamento de validade o art. 30 da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda nº 49, de 13/6/2001.

Verifica-se, outrossim, que, a fim de atender aos princípios da eficiência e da eficácia que norteiam a administração pública por força do art. 37 da Constituição da República, faz-se necessária a prescrição de prazo para a apresentação do projeto de resolução que conterà o novo sistema de carreira dos servidores integrantes do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia Legislativa. Além disso, entendemos não ser conveniente a pronta revogação da legislação que disciplina o atual sistema de carreira dos servidores desta Casa. Opinamos, então, pela suspensão dos efeitos da referida legislação até a edição do novo sistema de carreira. Por isso apresentamos o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 232/2003 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

Substitutivo nº 1 ao Projeto de Resolução nº 232/2003

Dispõe sobre a estruturação da carreira dos servidores integrantes do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O sistema de carreira dos servidores integrantes do Quadro Permanente da Secretaria da Assembléia Legislativa, aprovado nos termos do art. 66, I, "d", da Constituição do Estado obedecerá às seguintes diretrizes:

I - profissionalização, aperfeiçoamento, valorização e dignificação do servidor público;

II - constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores;

III - sistema do mérito objetivamente apurado para desenvolvimento na carreira;

IV - remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para seu desempenho.

Art. 2º - A Mesa da Assembléia proporá, no prazo de até cento e oitenta dias contados da publicação desta resolução, projeto de resolução visando disciplinar o sistema de carreira dos servidores a que se refere o art. 1º.

Art. 3º - Ficam suspensos, no exercício de 2003, os efeitos dos arts. 1º a 6º da Resolução nº 5.203, de 19 de março de 2002, e dos arts. 1º a 21 da Deliberação da Mesa nº 2.327, de 17 de dezembro de 2002.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de março de 2003.

Mauri Torres, Presidente - Rômolo Aloise, relator - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, colegas Deputados, colegas Deputadas, servidores e servidoras desta Assembléia Legislativa, inicialmente quero registrar, com muita alegria e honra, a minha estréia nesta tribuna e, mais do que a estréia, o fato de integrar a atual legislatura da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Nós, que acreditamos na democracia e na política como instrumento do bem comum, como um dos meios de construir uma sociedade fraterna e igualitária, sabemos que o parlamento é peça estratégica e reflete a pluralidade da sociedade. Portanto, o parlamento deve ser, cada vez mais, requalificado, valorizado e fortalecido. Em especial, o parlamento do Estado de Minas Gerais.

Além da alegria e da honra, considero, não só para mim, para nossa Bancada do PT e nosso bloco - formado com o PC do B -, mas também para todos os integrantes desta Assembléia, a importância e o momento histórico em que se situa a atual legislatura. É um momento histórico sob o signo da mudança. Tenho certeza, mudança construída de maneira democrática, nos campos econômico, social, cultural e também dos valores.

É muito importante para todos nós estarmos aqui neste espaço da democracia exatamente num momento em que o povo brasileiro, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, os partidos e as forças sociais que o apoiaram no 1º e no 2º turnos, o apóiam agora no Governo e depositam confiança nas necessárias transformações que o Brasil e sua população exigem. Portanto, estar aqui neste momento histórico é de relevância para a experiência política e existencial de todos nós.

Sr. Presidente, quero começar falando exatamente deste início do Governo Lula.

O Presidente abriu, de maneira clara e transparente, agenda para o debate nacional, fator que considero muito positivo: uma agenda de reformas estratégicas rumo às mudanças desejadas, como o combate à fome, as reformas tributária, da previdência e política. O Governo Lula, sem titubear, diz a que veio, estabelecendo uma pauta para a sociedade nacional. Adota método adequado, valorizando o pacto federativo. Pessoalmente Lula, demonstrando respeito ao pacto, convocou os Governadores para participarem do debate. Dá mostras claras de respeito aos Prefeitos. No início de março, encontrar-se-á com os dignos e legítimos representantes do poder local. Convocou também a sociedade para participar do debate, instituindo o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, estuário da pluralidade e da diversidade da sociedade. O conselho se fundamenta em experiências internacionais e de Governos locais, não para suplantar o legítimo papel do Congresso Nacional, mas para fazer o processamento prévio de um consenso cada vez mais indispensável às reformas, que, não pactuadas, não obterão êxito.

A valorização do Congresso Nacional representa outro ponto importante. Ao abrir pessoalmente os trabalhos da legislatura no Congresso Nacional, Lula sinalizou que, além dos Governadores, Prefeitos e do Conselho de Desenvolvimento, que agrega empresários, trabalhadores e religiosos, valoriza também a real dimensão do Congresso Nacional, foro maior e legítimo de deliberação sobre as reformas. Portanto, elogio nosso Governo porque colocou na pauta as reformas estruturais e estruturantes e a questão social. As reformas são graduais, as transformações macroeconômicas, lentas, e as questões sociais, como a fome e a exclusão, têm pressa. Daí a necessidade de não vincularmos uma à outra. A questão social merece urgência.

O Deputado Roberto Carvalho (em aparte)* - Alegro-me ao vê-lo na tribuna. Com certeza, abrilhantará esta Casa com sua inteligência e seriedade, já que foi grande Vereador. Inauguraremos, no dia 14, no Sindicato dos Engenheiros, o Fórum Permanente de Debates, com a presença do Ministro Dulci.

Todas as segundas-feiras promoveremos debates com a sociedade civil - e os colegas de todos os partidos também estão convidados a participar - a respeito da reforma da previdência e colheremos as sugestões. Da mesma forma, o Governo Lula irá debater o assunto e apresentar propostas para toda a sociedade brasileira, a fim de superar esses gravíssimos problemas.

No dia 14, estarei aqui anunciando oficialmente a abertura do Fórum Permanente de Debates. Convido todos a estarem na rua dos Timbiras, no Sindicato dos Engenheiros, no seminário que será aberto pelo Ministro Dulci.

Parabéns, Deputado André Quintão. Que Deus o continue inspirando e dotando desse fervor e dessa inteligência na luta pelas causas sociais.

O Deputado André Quintão - Obrigado, Deputado Roberto Carvalho, Presidente do nosso Partido.

Concedo aparte ao Deputado Leonardo Quintão, talvez o futuro Prefeito, de acordo com as informações da imprensa da Capital.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Deputado André Quintão, quero também parabenizar V. Exa. Nos dois anos em que fui Vereador em Belo Horizonte, foi um prazer ser seu colega, pois pudemos compartilhar idéias e trabalhar conjuntamente. A sua eleição para Deputado Estadual contribuirá muito para o Estado.

Com relação ao Presidente Lula, fico feliz em ouvir, em seus discursos, a informação de que será aberto um debate para as novas reformas e quero trazer minha sugestão como Deputado Estadual. É necessário que sejam fiscalizadas e analisadas todas as aposentadorias do Brasil, porque muitos brasileiros contribuíram com quatro ou cinco salários-mínimos e hoje recebem apenas um. Além disso, existem milhares de aposentadorias fraudulentas, e pessoas que não têm direito ou mesmo que já morreram estão recebendo da Previdência.

Levarei aos debates de Minas minha sugestão para o aumento da fiscalização, para podermos impedir que pessoas que pagaram, durante 30 anos, sobre quatro salários ou mais recebam apenas um salário. Essa é uma das grandes injustiças do nosso País, e certamente minha proposta será vista com o maior carinho e clareza por nosso Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabenizo V. Exa. por seu pronunciamento, em que faz uma reflexão sobre a relação entre o Presidente Lula e os Governadores.

Aproveito a oportunidade para destacar o importante papel do Governador Aécio Neves no encontro de Governadores. Graças a sua determinação, conhecimento político e espírito de liderança, o Presidente permitiu que Minas Gerais fosse ouvida. O lúcido Governador demonstrou sua preocupação com o nosso Estado e também sua grande capacidade de articulação.

Da mesma forma que o nosso Presidente recebe os Governadores na Capital Federal, o nosso Governador, logo no início de seu Governo, tem recebido os Prefeitos de todas as regiões, conhecendo, assim, de perto, juntamente com seu Secretariado, toda a problemática do Estado. Estamos no caminho certo e quero saudar V. Exa. que está, nesta Casa, honrando e dignificando o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Obrigado, Deputado. Minas Gerais terá papel preponderante nesse debate, inclusive nós, da Assembléia Legislativa. A reforma tributária, a da Previdência e a política, tão importantes para a consolidação da democracia, trarão para esta tribuna temas importantes, como a fidelidade partidária, a proposta de financiamento público de campanhas e outros mecanismos de fortalecimento da democracia representativa combinada com a direta.

É importante que a Assembléia Legislativa participe desse debate, como tem feito por meio de iniciativas aprovadas pela Presidência. O debate é nacional e terá repercussão no Estado. Levanto principalmente a questão tributária. Conhecemos a situação econômica do Estado e a necessidade de investimentos sociais. Essa política tributária precisa ser revista no plano nacional, mas com ênfase no Estado.

Este ano é importante porque, além dessas reformas e desse debate nacional com impacto estadual, esta Casa analisará o plano plurianual de ação governamental. Com esse instrumento, teremos condições, de acordo com o ponto de vista do nosso partido e com o do bloco, de fazer com que as prioridades de políticas públicas estejam intimamente vinculadas, associadas e identificadas com esse bellissimo sonho de construir um país mais justo e solidário. Essa construção, com certeza, passa por Minas Gerais. Agradeço aos Deputados e às Deputadas que nos apoiaram. Desejo a todos uma legislatura com a benção de Deus e espero que as melhores decisões sejam tomadas neste Plenário. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Helvécio - Saúdo a todos os companheiros e companheiras desta legislatura. Senhoras e senhores presentes neste Plenário Juscelino Kubitschek, com muita alegria volto a esta Casa, ocupando a tribuna neste meu 5º mandato como Deputado Estadual. Ao retornar à atividade parlamentar, gostaria que as minhas primeiras palavras fossem de gratidão ao povo de Minas e, muito especialmente, ao de Juiz de Fora que, com expressiva votação, permitiu que pudesse estar aqui, mais uma vez, como porta-voz dos mineiros e, especialmente, do povo da Zona da Mata.

Nesse primeiro momento da 15ª Legislatura, farei uma reflexão importante, sobre o instante por que passa o parlamento nacional e o tratamento que recebemos da grande mídia nacional e do nosso Estado. Se verificarmos os grandes temas da sociedade brasileira, perceberemos que, em todos, a voz do parlamento sempre esteve sintonizada com a do nosso povo.

Infelizmente, não se percebe pelas veredas, pelas ruelas, no dia-a-dia do cidadão, que essa verdade esteja presente na atividade parlamentar. Se analisarmos alguns itens fundamentais da qualidade de vida, como, por exemplo, o sistema nacional de saúde, o sistema de proteção ambiental, veremos que as situações vigentes em nosso País e também em Minas Gerais nasceram no parlamento, muitas vezes na contramão de movimento organizado pelo desejo internacional, que tenta interferir nas condições de cada um dos Estados brasileiros. Quem, hoje, não defende o Sistema Único de Saúde? Quem não tem certeza de que a única maneira de se garantir saúde para todos os 170 milhões de brasileiros é fortalecer o SUS? Como nasceu o SUS? Qual a sua história? Na década de 80, prevalecia nos organismos internacionais as idéias emanadas do Consenso de Washington, em que se priorizava o capital e tentava-se marcar, de modo claro, como a sociedade deveria se organizar, até mesmo na área da saúde. Os movimentos populares brasileiros, particularmente fortalecidos a partir das idéias do partido comunista italiano e bem demonstrado entre nós por companheiros vibrantes na VIII Conferência Nacional de Saúde, forneceram pilares, bases discutidas por todos os segmentos da sociedade. Enquanto praticamente todo o mundo, naquela década, reduzia a presença do Estado na área da saúde, os parlamentares brasileiros - minha homenagem aos nossos constituintes - caminharam com muita firmeza, exatamente no sentido oposto, defendendo um sistema público de atendimento, de que muitos desacreditavam, mas, a cada ano, torna-se mais forte. E o que é mais importante: defendido, hoje, por inúmeros segmentos da sociedade.

No momento em que iniciamos mais uma legislatura, é preciso refletir sobre a importância dessa ação parlamentar, naquele caso, emanada do poder constituinte. Logo depois da eleição de Collor, houve tentativa de minimizar a importância do SUS. O parlamento nacional produziu leis bellíssimas que ajudaram a fortalecer nosso sistema de saúde, como a Lei nº 8.080, que, sem sombra de dúvidas, é a certidão de nascimento do SUS. Nesta Casa, neste Plenário, vi e senti bravos Deputados colocando-se de frente contra interesses que tentavam diminuir a importância das Secretarias de Estado da Saúde na gestão do SUS. Graças a essa coragem, nossa quarta constituinte mineira, de modo pioneiro, trabalhou para criar, naquele momento - já que se considerava inconstitucional a vinculação do percentual orçamentário -, um instrumento em que, pela primeira vez, se exigia para os gastos com a saúde, no mínimo, o correspondente ao que fosse gasto na construção de estradas, em Minas Gerais.

Era a primeira vez que a voz do parlamento de Minas levantava-se para dizer que a qualidade do atendimento do ser humano, na promoção de sua saúde, era tão importante quanto a conservação e a abertura de estradas pelo nosso Estado.

Daquela época de meu primeiro contato com esta Casa, quando da 4ª Constituinte Mineira - e lá se vão mais de quinze anos -, ainda encontro aqui alguns companheiros. Lembro-me do Deputado Antônio Genaro, que também vem mantendo, durante mais de cinco legislaturas, seu mandato parlamentar; do companheiro Bonifácio Mourão, nosso relator na Constituinte, tendo se ausentado desta Casa para exercer o honroso cargo de Prefeito, em Governador Valadares, mas que agora retorna conosco; dos Deputados Elmiro Nascimento e Irani Barbosa; da brava companheira Maria José Haueisen, que na 4ª Constituinte, com a eleição do companheiro Chico Ferramenta para Prefeito de Ipatinga, assumiu sua vaga e até hoje está aqui, honrando e dignificando a importância da mulher no parlamento das Minas Gerais.

Deixei por último o nobre Deputado Agostinho Patrús, hoje Secretário das Obras Públicas, que, certamente, no 6º mandato, é nosso decario, aquele que tem o maior número de mandatos parlamentares.

Faço este breve relato para que a sociedade mineira, de modo especial, perceba como é difícil o dia-a-dia do exercício parlamentar. Grandes temas são discutidos nas comissões temáticas - e V. Exa., Sr. Presidente, participou de muitas discussões importantes, que muitas vezes iam das 9 horas da manhã até a reunião da tarde e entravam madrugada adentro, na busca do consenso e da melhor formulação para um projeto de lei. No entanto, muitas vezes, aqui se vem, conta-se o número de Deputados presentes, e a manchete diz que não houve quórum para votar. Não se tem conhecimento do trabalho realizado nas comissões temáticas, não para buscar o quórum fácil da decisão rápida, mas para tentar o entendimento daqueles que representam o povo de Minas Gerais.

Somos 77 Deputados. Entre os Deputados que conosco iniciaram há cinco legislaturas apenas quatro permaneceram. Isso deixa bastante visível o sistema de renovação do voto popular, esse vestibular a que cada um de nós é submetido a cada quatro anos e mostra a importância de se ter representação pelo voto direto dos mineiros.

Guimarães Rosa, nosso grande poeta, político e médico - gosto sempre de realçar seu lado político -, dizia que Minas são várias, que Minas são muitas e que devemos ter sempre a obrigação de respeitar esse sentimento síntese de Minas Gerais. O mineiro, mais que qualquer habitante de outro Estado brasileiro, tem a capacidade de sintetizar, em sua alma, um pouco do paulista, do carioca, do baiano, enfim, da brasilidade. E cada um de nós, quando se assenta nesse parlamento, traz consigo essa coisa maravilhosa que só o parlamento tem. Todos somos muito diferentes, cada um de nós vem eleito calçado nas suas verdades, crenças e representações, mas estamos todos unidos na vontade de construir um sustentáculo legal para que nosso povo seja mais feliz.

Não temos a verba fácil para agradar segmentos importantes da sociedade, não temos a caneta para amedrontá-los com a sentença. Temos a

verdadeira representação popular. Quando alguém do povo quer se comunicar com algum Poder, não tenho dúvida de que recorre ao Poder Legislativo em primeiro lugar. Portanto, quero dizer da minha alegria e agradecer a Deus por ter a oportunidade de representar a minha gente, de conviver novamente com os nobres Deputados que compõem a Assembléia de Minas Gerais e de reafirmar meu propósito e entusiasmo de honrar tal representação.

Da mesma forma que na 11ª Legislatura, aqui estamos para renovar o compromisso com o povo de Minas, faça-o agora com muita honra. Venho de Juiz de Fora, terra que tem dado ao Estado políticos importantes. Recentemente o Governador Itamar Franco passou o Governo para Aécio Neves. Quando falo de Itamar, quero realçar, no seu traço político, o sentimento de nacionalidade. Creio que ele representa muito bem essa verve da política. Todos reconhecemos, em sua figura política, um brasileiro apaixonado por seu povo.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Sebastião Helvécio, cumprimento-o pelo brilhante pronunciamento. Creio que houve poucos apartes pelo fato de estarmos gostando de seu raciocínio. V. Exa. tocou num aspecto preocupante para a democracia brasileira, que são as mazelas existentes em toda instituição, quer seja pública ou privada. Todo ser humano as tem, pois ninguém é perfeito. Esta Casa possui suas mazelas. Devemos reconhecê-las para que a cada dia procuremos o nosso aperfeiçoamento.

Estamos assistindo, sobretudo por meio da imprensa, a uma grande banalização do Poder Legislativo de nosso País. Não apenas da Assembléia Legislativa, como também das Câmaras de Vereadores e do Congresso Nacional. Tudo tem limite. A imprensa cumpre seu papel de expor as verdades. Mas tem de expô-las por completo. Essa é uma responsabilidade do jornalista e da imprensa. Temos assistido hoje a uma banalização, como se o Poder Legislativo fosse coisa descartável. Agora, até movimentos de pessoas mais simples acusam-no de absolutamente descartável. Temos de corrigir suas mazelas. Temos a obrigação de transparência para com a sociedade. Porém, banalizar o Poder Legislativo significa banalizar a própria democracia brasileira. Parabéns pelo seu enfoque.

O Deputado Sebastião Helvécio - Queria apenas salientar a importância do parlamento de Minas Gerais. A preocupação com o meio ambiente surgiu na década de setenta. Em 1972, houve a famosa conferência da ONU sobre ambiente humano, que produziu o importante documento "Limites do Crescimento". Em setembro de 1980, Minas apresentou a Lei nº 7.772, que praticamente serviria de base para a Lei Federal nº 6.938, de agosto de 1981. Inúmeras leis de caráter pioneiro do povo mineiro têm servido de exemplo para o povo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, funcionários, telespectadores da TV Assembléia, público presente nas galerias, inicialmente, manifestamos profundo pesar pelo falecimento do saudoso ex-Deputado Luís Menezes, com quem convivemos durante quatro anos. Com espírito cristão, abraçamos a família enlutada, deixando registrado nos anais da Casa os nossos sentimentos por essa grande perda.

Tive a honra de participar, a convite do Prefeito Vítor Penido, no dia 27 de fevereiro passado, de solenidade em comemoração aos 302 anos de história de Nova Lima e dos 112 anos de sua emancipação política. O município não poderia ter escolhido nome melhor: Vila de Nova Lima, em 1891, mas simplificado para Nova Lima, em 1923, em homenagem ao seu filho ilustre, Augusto de Lima, ex-seminarista, que se tornou jurista, jornalista e poeta, ex-Presidente do "Estado de Minas" e um dos grandes responsáveis pela transferência da Capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte.

Com uma extensão territorial de mais de 400km², e quase 67 mil habitantes, Nova Lima também engloba em sua área os povoados de Honório Bicalho, Santa Rita, Bela Fama, Rio do Peixe e São Sebastião de Águas Claras - Macacos.

A maioria da população desse tão querido município encontra-se atualmente em sua sede. No entanto, todos devem conhecer as belezas que permeiam seus arredores: lindas cachoeiras, terra rica em minerais, magníficas paisagens contempladas pela comunidade e ainda por turistas maravilhados.

No evento, foram homenageados três ilustres personalidades: a nova-limense Ruth Passos de Oliveira, de 77 anos, professora muito querida na cidade, onde lecionou até 1962, educando crianças e jovens, que, certamente, guardam em suas lembranças ótimas recordações, principalmente de uma frase com que sempre iniciava suas aulas: "Tudo o que deve ser feito merece ser bem feito". A Profa. Ruth mudou-se para Itajubá, onde continuou a lecionar até se aposentar, em 1987. Também atuou na Igreja Católica como Ministra da Eucaristia, é legionária de Maria e membro da Pastoral da Saúde, em que desenvolve excelente trabalho de visita e conforto aos enfermos.

Outro homenageado na solenidade foi o ex-Deputado Estadual José Dazinho Gomes Pimenta, de 80 anos, natural de Virginópolis, que chegou a Nova Lima aos 18 anos para trabalhar na mina de Morro Velho. E foi lá que iniciou sua luta pela justiça, sempre baseada na fé cristã, pois foi um dos fundadores da Juventude Operária Católica naquela cidade, tendo como lema o amor, a justiça e o trabalho. Empreendeu também lutas no Sindicato dos Mineiros por melhores condições de trabalho e maior remuneração, direitos que para ele deveriam se estender a todos os trabalhadores.

Em 1962, Dazinho venceu as eleições para Deputado Estadual. Era conhecido como operário Deputado. Mas, em 1964, com o golpe militar, foi preso e ficou dois anos e oito meses na cadeia, após defender ideais trabalhistas aqui na Assembléia de Minas. Depois de sua prisão, José Dazinho teve seu mandato cassado e voltou para Nova Lima, onde lutou por sua sobrevivência e a de sua numerosa família, desenvolvendo diversos trabalhos, seja na construção civil, seja na administração de fazendas. Mas nunca abandonou suas atividades políticas, chegando a atuar na fundação do PT. Em 1986, concorrendo por esse partido, tentou cadeira no Senado e conseguiu mais de 500 mil votos em nosso Estado, votos que não foram suficientes para a vitória nas urnas. Entretanto, para ele, esse fato teve inestimável significado. Dono de uma história de vida incomparável, Dazinho merece todos os nossos aplausos.

O último homenageado, naquela noite memorável, foi Dom Alberto Taveira Correa, arcebispo metropolitano de Palmas, no Tocantins. Nascido em Nova Lima, ordenou-se padre em 1973, quando assumiu a paróquia da Igreja Matriz de Nova Lima. Sua ordenação episcopal, por nomeação do Papa João Paulo II, ocorreu em Nova Lima em 1991, tornando-se o bispo mais jovem do Brasil. Foi nomeado bispo auxiliar de Brasília no mesmo ano, onde atuou até 1996, trabalhando numa diocese com mais de 1.200.000 habitantes, 44 paróquias e 55 padres. De lá para cá, foi escolhido pelo Papa para a função de arcebispo de Palmas, tornando-se também o arcebispo mais jovem do País naquela época. Com várias obras publicadas, Dom Alberto realiza trabalho exemplar, praticando as palavras do próprio Jesus: "Ide pelo mundo inteiro e pregai o Evangelho a toda criatura".

Na década de 70, tive a honra de trabalhar como médico no Hospital Nossa Senhora de Lourdes, em Nova Lima, e pude conhecer de perto a população nova-limense. Às vezes me pego sentindo uma danada saudade dessa terra, do sorriso de suas crianças e da alegria da sua gente.

Hoje, vejo que outras coisas também mudaram em Nova Lima. Com o "slogan" Cidade para Se Viver, o Prefeito Vítor Penido desenvolveu muitas ações benéficas para a população. Cito várias ações prioritizadas na sua administração, como os investimentos realizados na área cultural, o Teatro Municipal Manoel Franzen de Lima, com capacidade para 900 espectadores - projeto aprovado na Lei Rouanet para sua completa restauração; a Escola Municipal de Teatro conta com 310 alunos que, por sinal, fizeram excelente trabalho após a solenidade, quando os presentes assistiram à admirável apresentação do balé Suíte Quebra-Nozes, muito bem sincronizado pelos jovens da Escola Municipal de Teatro; a reestruturação de trevos de acesso à cidade; na área da odontologia, conseguiu cumprir a meta do Ministério da Saúde no quesito

prevenção e foi considerado um dos melhores de Minas, segundo dados da Diretoria Metropolitana de Saúde; investiu no trabalho dos agentes comunitários de saúde e reduziu o índice de larvas do mosquito da dengue.

Também promoveu investimentos da ordem de R\$700.000,00 para a reforma da maternidade da Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes. Parabéns, Vitor Penido, por essas e outras obras que o tempo não me permite dizer! Parabéns, homens, mulheres, jovens e crianças de Nova Lima!

Finalmente, desejo que o Município de Nova Lima continue abraçando altos ideais de desenvolvimento, pois tão destemida população só deve caminhar incessantemente rumo ao progresso.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Ouvi atentamente sua fala, Deputado Doutor Viana, e três dados podem realçar a importância da Assembléia de Minas Gerais. Primeiro, o Prefeito Vitor Penido, que foi Deputado conosco, grande companheiro que chegou a disputar a eleição para Vice-Governador graças ao prestígio que tem na classe política, também em função de sua passagem por esta Casa Legislativa. Em segundo lugar, quando V. Exa. fala da homenagem ao Dazinho, lembro que esta Casa reconheceu a importância da participação desses Deputados que se colocaram contra o arbítrio. Particularmente em Juiz de Fora, temos também a figura de Clodesmidt Riani, que foi reconhecido por esta Casa e traz, por seu espírito de luta, um exemplo no qual todos podemos nos inspirar. Finalmente, caro Doutor Viana, a duplicação do acesso da estrada de Nova Lima mostra a importância do prosseguimento de uma obra administrativa. O ex-Governador Eduardo Azeredo, com muita coragem, iniciou aquele serviço, que teve seqüência no Governo Itamar, particularmente através da COMIG, e hoje podemos ter o acesso não só a Nova Lima, mas a outras cidades como Rio Acima, em condição de maior segurança. Portanto, é mais um exemplo que podemos perseguir na administração pública. O político deve ter a humildade de entender que não pode decidir qual a prioridade por sua própria identificação, tem de levar em consideração a seqüência das obras da administração anterior. Muito obrigado e parabéns pelo relato que nos traz.

O Deputado Doutor Viana* - Gostaria de acrescentar que, no dia 28 de fevereiro, recebi - com muito orgulho - a "Medalha do Mérito Augusto de Lima", em Augusto de Lima, cidade que também recebeu o nome do filho ilustre de Nova Lima.

O Município de Augusto de Lima completou 40 anos de emancipação política no primeiro dia deste mês, sendo atualmente administrado pelas competentes mãos do Prefeito Enébio de Fátima Fonseca e toda sua equipe, sem mencionar a coerência do Legislativo Municipal através do trabalho desempenhado por seus Vereadores. Augusto de Lima constitui importante município de minha base eleitoral majoritária e merece toda a minha homenagem e consideração.

Com esses relatos, reforço as palavras do nobre Deputado Sebastião Helvécio e ressalto a importância do comparecimento dos Deputados do parlamento mineiro nos grandes acontecimentos das nossas cidades.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)*- Obrigado, Deputado Doutor Viana. Cumprimento-o por seu pronunciamento e parabenizo a cidade de Nova Lima e também nossa querida cidade de Augusto de Lima.

Como V. Exa. sabe, minha esposa nasceu em Augusto de Lima; portanto, temos grande ligação. Estive nas comemorações de 40 anos de Augusto de Lima, com o Prefeito Enébio. Realmente, foi uma grande festa.

Deputado, parabenizo-o pela atuação, pelo empenho em ajudar não só Augusto de Lima, mas também, as cidades vizinhas. Expresso também a alegria de Nova Lima, em seu aniversário. Estive com essa pessoa ilustre, meu amigo particular, Dom Alberto Taveira, que foi o Bispo responsável junto à renovação carismática, quando fui coordenador de uma das regiões da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Encontrei-me com ele várias vezes, também em Palmas, e, realmente, é um Bispo caridoso, um homem de Deus, que, com certeza, vem prestando um bom trabalho na evangelização e na promoção humana.

Portanto, cumprimento-o, mais uma vez, por seu pronunciamento e deixo o nosso abraço a nossa querida Augusto de Lima. Estivemos na Fazenda Prata, onde vários parlamentares, Vereadores e Prefeitos participaram de uma grande festa. Augusto de Lima está bem representada pelo Prefeito Enébio e por seus Vereadores - liderança muito forte.

O Deputado Doutor Viana* - Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa e funcionários, quero relatar a viagem que fizemos a Brasília, na sexta-feira, onde nos reunimos com o Ministro Anderson Adauto e com o Secretário-Geral da Presidência, Luiz Dulci.

Apresentamos ao Ministro solicitações de algumas cidades, que nos confiaram representá-las. Conversamos sobre a situação do Anel Rodoviário e também da BR-135, principalmente no trecho de Curvelo a Corinto e de Corinto a Augusto de Lima. Solicitamos também o seu empenho para o recapeamento asfáltico da BR-354, no trecho entre as cidades de Iguatama, Arcos e Pains - realmente um "corredor da morte".

Na véspera, o Ministro tinha anunciado, por meio da imprensa, a liberação de recursos para a recuperação de várias rodovias do Estado.

Estivemos com Dr. Luiz Dulci, Secretário-Geral da Presidência, que nos atendeu com aquele seu jeito: com toda simplicidade. Fomos apresentar o pleito da Sociedade São Vicente de Paulo. Sou vicentino e, juntamente com o Presidente Nacional da Sociedade São Vicente de Paulo, Carlos Henrique Davi, e também com o Presidente do Conselho Metropolitano de Brasília, apresentamos ao Secretário-Geral o interesse de nossa instituição em participar do Programa do Presidente Lula - Fome Zero.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um relato do que passamos ao Sr. Secretário. Até a data de sexta-feira, ainda não tinha sido confirmada a presença da Sociedade São Vicente Paulo nesse conselho, ou seja, esse grupo de pessoas de boa-vontade que querem, realmente, acabar com a fome no Brasil.

A Sociedade São Vicente de Paulo, conhecida, no Brasil, pelas iniciais SSVSP, é uma organização e um movimento católico internacional de leigos. Ela foi fundada em Paris, na França, no ano de 1833, por Antônio Francisco Ozanam - na época, com 20 anos de idade. Alguns companheiros, colocados sob o patrocínio de São Vicente de Paulo, inspiram-se no pensamento e na obra desse santo. Além disso, esforçam-se, sob o influxo da justiça e da caridade, para aliviar o sofrimento do próximo mediante o trabalho coordenado de seus membros.

Nenhuma obra de caridade é estranha à Sociedade São Vicente de Paulo, pois sua ação compreende qualquer forma de ajuda por contato

pessoal para aliviar o sofrimento, promover a dignidade e a integridade do homem e da mulher. A Sociedade São Vicente de Paulo não somente procura mitigar a miséria, mas também descobrir e remediar as situações que a geram. E ainda leva sua ajuda a quantos dela precisam, independentemente de raça, cor, nacionalidade, credo político ou religioso e posição social.

A Sociedade São Vicente de Paulo ajuda a todas as pessoas sem qualquer distinção. A única exigência é, realmente, estar precisando. O trabalho dos vicentinos é voluntário, pois seus membros e dirigentes não recebem remuneração alguma pelo que realizam.

Estivemos com o Secretário, Sr. Presidente, e relatamos tudo. A Sociedade São Vicente de Paulo está em 135 países com, aproximadamente, 500 membros. O Brasil é o maior país de vicentinos no mundo, com 250 mil membros, 20 mil conferências, 1.754 conselhos particulares, 272 conselhos centrais, 30 conselhos metropolitanos e 2 mil obras, entre asilos, creches, hospitais, escolas, etc. Além disso, sua atuação é coordenada pelo Conselho Nacional do Brasil.

Apresentamos ao Secretário a vontade dos vicentinos e das consórcias em ajudar o nosso Presidente no combate à fome. Ninguém encontrará nada que macule o trabalho da Sociedade São Vicente de Paulo, pois, realmente, é uma entidade séria. Certamente, o nosso Presidente, com a vontade de acabar com a fome e com os recursos e os alimentos obtidos por meio de doação, terá certeza de que as famílias que receberão essa ajuda são formadas por pessoas carentes e necessitadas.

A Sociedade São Vicente de Paulo está instalada em praticamente todos os municípios do Brasil. Vilas, favelas e cortiços têm um vicentino que faz ali a sindicância, constata a real necessidade de sua ajuda e passa a assistir aquela família, aquele homem, aquela mulher, aquela criança.

Os vicentinos atendem semanalmente cerca de 150 mil famílias, após, como já disse, minuciosa sindicância socioeconômica nos mais diferentes bolsões de miséria - favelas, cortiços, zonas rural e ribeirinha. Então, mais de 500 mil famílias recebem o auxílio regular da SSV. Em se tratando de gêneros alimentícios, são distribuídos por semana 800.000kg de alimentos, além de remédios, roupas, material escolar, móvel e utensílios diversos.

Estranhamos, portanto, o fato de a SSV não ter sido convidada a integrar o Programa Fome Zero. O Ministro Graziano ficou bem sensibilizado, e teremos, na próxima semana, uma reunião de trabalho com ele, para que essa equipe de homens e mulheres de boa-vontade possa colaborar com as famílias necessitadas, porque, a partir do momento em que for solicitada a presença dos 250 mil vicentinos e consórcios, em dois ou três dias eles estarão mobilizados.

Diferentemente do Secretário-Geral da Presidência, Luiz Dulci, que é vicentino, como seu pai, o Ministro Graziano não conhecia a história e a vida da SSV; hoje, no entanto, está convencido e não abre mão da ajuda e da participação dessa entidade.

Na semana que vem, portanto, deveremos ter uma reunião no Rio de Janeiro ou em Brasília, para que essas pessoas continuem a fazer as suas visitas e o cadastramento necessário, indo a qualquer lugar deste Brasil prestar ajuda e solidariedade aos nossos irmãos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Célio Moreira, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de ter ido com os vicentinos a uma audiência com o Luiz Dulci, pois sabemos da importância da participação dos vicentinos no Brasil e no mundo inteiro. Com certeza, eles estão dando e darão grande contribuição ao Programa Fome Zero. Quero desejar todo o sucesso a essa iniciativa.

Quero salientar ainda a importância de Luiz Dulci estar integrado na ação dos vicentinos, pois, como Secretário-Geral da Presidência, fará a ponte com a sociedade, o que quer dizer que está no lugar certo.

Felicito também o Governo do Presidente Lula, por ter dado grande abertura à participação popular, por ter envolvido a sociedade brasileira, invertido as prioridades e estar realmente priorizando o Programa Fome Zero. É o Governo em que acreditamos; e estamos trabalhando para que tenha sucesso.

Mais uma vez, portanto, os nossos cumprimentos ao seu trabalho. Que o seu mandato tenha êxito e que os vicentinos possam continuar sendo esses arautos, para que o povo brasileiro mais pobre e excluído tenha também seus direitos garantidos.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco (em aparte)* - Quero lembrar que as dificuldades dos confrades são muito grandes. Então, toda a ajuda que vier, inclusive as que vierem por meio do Fome Zero, será importante para intensificar esses repasses e minimizar um pouco as dificuldades. Atuo junto à sociedade e sei da dificuldade dos confrades pobres, que, muitas das vezes, costumam dividir o pouco que têm em casa. V. Exa., que trabalha profundamente junto à sociedade, sabe disso. Temos a tranquilidade, como políticos atuando no meio do povo, de reconhecer essa dificuldade.

Uma luta não pode ser individual. V. Exa. foi até Brasília. Acho que esta Assembléia de Minas, através de seus representantes, os Deputados, deveriam realmente empunhar essa bandeira, trabalhando para isso. Somos co-responsáveis para que a fome seja diminuída e, se Deus assim o permitir, até extinta. Quero parabenizá-lo não só pela luta da sociedade vicentina, mas também pela luta da Igreja Católica através da Renovação Carismática, que exerce um trabalho de extrema importância. Reconheço o trabalho de V. Exa., membro da Bancada do PL. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Célio Moreira* - Muito obrigado, Deputado Sidinho.

É isso mesmo, como foi dito pelo Deputado Sidinho: é pobre ajudando pobre. São homens e mulheres; inclusive muitos que foram assistidos pela Sociedade São Vicente de Paulo e agora também dão a sua contribuição, indo ao encontro dos irmãos necessitados. A Sociedade São Vicente de Paulo não apenas entrega cesta básica. Há o trabalho de evangelização e o trabalho jurídico que presta às famílias. E, nos hospitais e nas escolas, exerce também um papel que muitas vezes é da responsabilidade dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Não quero dizer que a Sociedade São Vicente de Paulo é melhor do que as outras associações e comunidades assistenciais, mas é uma comunidade de pessoas que gostam de trabalhar e promover o bem do ser humano.

Entre os beneficiados, pessoas carentes já mencionadas que são atendidas pelas conferências da Sociedade São Vicente de Paulo, mais de 40 mil pessoas estão nos asilos, nas creches e nas obras da sociedade. Há ainda um jornalzinho, que já circula há 100 anos. Acredito que não só a Sociedade São Vicente de Paulo vai ajudar bastante o nosso Presidente, mas também a Renovação Carismática, através da Secretária Marta, que faz um trabalho social em Minas Gerais e em todo o Brasil, levando ajuda a todos os necessitados.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de levar ao conhecimento dos Deputados, das Deputadas, dos funcionários e da imprensa que apresentei hoje requerimento solicitando dispensa do auxílio-moradia a partir de março. Quando a Deputada Marília Campos abriu mão do auxílio-moradia, fiz coro com S. Exa. Reuni-me com o conselho que acompanha o meu mandato e achamos que não seria bom receber esse auxílio uma vez que moro em Belo Horizonte. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, falarei do nosso problema de Belo Horizonte, pois é assunto relevante. Em nome do povo, meu protesto contra a Prefeitura por sua forma de atuar com relação ao carnaval.

O ex-Prefeito Sérgio Ferrara promovia desfiles, e, na época, tive a oportunidade de cobrir o carnaval e os desfiles das escolas de samba na Afonso Pena. Depois, o carnaval foi para o sambódromo construído às margens do Arrudas, mas, em seguida, foi cortado, por causa do Hospital do Coração. Seguiram-se os Prefeitos Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo, que mantiveram um pouco do carnaval. Mas, aos poucos, foi acabando.

O ex-Prefeito Patrus Ananias promoveu o carnaval popular, durante quatro anos. Depois, tivemos o Sr. Célio de Castro. Agora, sob a administração do PT, acabaram com o carnaval e os grandes bailes. E a população de Belo Horizonte ficou carente de carnaval. Escolas como a do saudoso Jairo, da Cidade Jardim, tiveram de ir às ruas protestar com meia dúzia de pessoas.

Apelo ao Prefeito Fernando Pimentel, para que, no próximo ano, prepare algo para o carnaval. Nem todos podem gastar para sair de Belo Horizonte e ir até Santa Luzia, Itabirito, Nova Lima. O dinheiro está difícil, e muitos tiveram de passar o carnaval em casa. O povão que ia aos bailes de carnaval para se distrair, levar os filhos, não teve para onde ir. A administração do PT sempre promoveu o baile popular quando Patrus Ananias era Prefeito.

Fica esse protesto, em nome do povo belo-horizontino, que também tem o direito de se divertir no carnaval. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/3/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 28/2/2003, que nomeou Sorajane Alvarenga Pimenta para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Márcio Passos, Vice-Líder do Bloco PFL/PPB;

nomeando Antônio Ruyval Teixeira para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Márcio Passos, Vice-Líder do Bloco PFL/PPB.

nomeando José Emílio Afonso Silva para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Administração Pública;

nomeando Maria Gilza Marques Bicalho Silva para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou o seguinte ato:

exonerando José Emílio Afonso Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar Social Progressista.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Danilo de Oliveira Lopes para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

PORTARIA Nº 6/2003

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 270 da Resolução nº 800, de 5/1/67, resolve designar os servidores André Moura Moreira, matrícula 5761-4; Paulo Alves de Oliveira, matrícula 3344-8, e Guilherme Francisco Furtado Bragança, matrícula 3062-7, para, sob a presidência do primeiro e secretariados pelo último, integrarem comissão de processo administrativo encarregada de apurar possível incursão da servidora Rosemary Galdino Moreira, matrícula 5640-5, em abandono de cargo, de conformidade com os arts. 221, inciso II e § 11, e 248, "caput", da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83.

Diretoria-Geral, 11 de março de 2003.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC Táxi Aéreo S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aeronave. Objeto deste aditamento: prorrogação e reajuste contratual. Vigência: 2/2/2003 a 1º/2/2004. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Terezinha Araújo Aguiar. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Valéria Dias Cambraia. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: José Jefferson Martins Ferreira. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: ABC Táxi Aéreo S.A. Objeto: monitoramento de turbinas de aeronave. Dotação orçamentária: 01.031.101.4 - 123.0001 33903900. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/2/2003. Licitação: dispensa, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 67/2002

CONVITE Nº 46/2002

Em 7/3/2003, o Diretor-Geral da Assembléia negou provimento ao recurso interposto pela empresa Net Systems Soluções em Rede e Engenharia Ltda., com base no Parecer nº 4.418/2003 da Procuradoria-Geral desta Casa, mantendo a decisão recorrida.